

Resistência camponesa: a conquista da terra no assentamento Liberdade Camponesa no município de Corguinho - MS

Roberto Carlos de Oliveira

Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul (CPT/MS) – Campo Grande, Mato
Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: rocarolive@gmail.com

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Campo Grande, Mato Grosso do
Sul, Brasil.

e-mail: marahora@uems.com

Resumo

O trabalho apresentado teve como principal objetivo discutir a constituição do Projeto de Assentamento Liberdade Camponesa, localizado no município de Corguinho, estado de Mato Grosso do Sul. O assentamento tem sua origem ligada a emergência do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA), que se constitui de uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do estado, sendo, nesta perspectiva considerado com um movimento socioterritorial isolado. A metodologia utilizada no trabalho envolveu a pesquisa bibliográfica que forneceu o embasamento teórico-metodológico da problemática; informações secundárias foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Prefeitura Municipal de Corguinho; fizemos também trabalho empírico no P. A. Liberdade Camponesa, coletando depoimentos sobre a história do assentamento junto às lideranças, que foram entrevistadas em diferentes ocasiões e forneceram materiais, como as Atas das assembleias e nos permitiu copiar os documentos de constituição da Associação Liberdade Camponesa, além de termos entrevistado diversos camponeses e camponesas e visitado seus lotes. Participamos, outrossim, de diversas reuniões da Associação e do MCLRA no assentamento. A análise desenvolvida é, portanto, resultado da articulação entre teoria e prática, ou seja, de uma práxis construída ao longo da trajetória de pesquisa.

Palavras-chave: Liberdade camponesa; reforma agrária; movimento social; movimentos socioterritoriais.

Peasant resistance: the conquest of land in the Liberdade Camponesa settlement in the municipality of Corguinho - MS

Abstract

The work presented had as main objective to discuss the constitution of the Liberdade Camponesa Settlement Project, located in the municipality of Corguinho, state of Mato Grosso do Sul. The settlement has its origin linked to the emergence of the Peasant Movement of Struggle for Agrarian Reform (MCLRA), which constitutes a dissent from the Movement of Landless Rural Workers (MST) of the state, being, in this perspective, considered as an isolated socio-territorial movement. The methodology used in the work involved bibliographic research that provided the theoretical and methodological basis of the problem; secondary information was obtained from IBGE, INCRA and the Municipality of Corguinho; we also did empirical work at PA Liberdade Camponesa, collecting testimonies about the history of the settlement with the leaders, who were interviewed on different occasions and provided materials, such as the Minutes of the assemblies and allowed us to copy the constitution

documents of the Associação Liberdade Camponesa, in addition to we interviewed several farmers and visited their plots. We also participated in several meetings of the Association and the MCLRA in the settlement. The analysis developed is, therefore, the result of the articulation between theory and practice, that is, of a praxis built along the research trajectory.

Keywords: Liberdade camponesa; agrarian reform; social movement; socio-territorial movements.

Resistencia campesina: la conquista de tierras en el asentamiento Liberdade Camponesa en el municipio de Corguinho - MS

Resumen

El trabajo presentado tuvo como objetivo principal discutir la constitución del Proyecto de Solución Liberdade Camponesa, ubicado en el municipio de Corguinho, estado de Mato Grosso do Sul. Lo que constituye una disidencia del Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) del estado, siendo, en esta perspectiva, considerado como un movimiento socio-territorial aislado. La metodología utilizada en el trabajo incluyó investigación bibliográfica que proporcionó las bases teóricas y metodológicas del problema; se obtuvo información secundaria de IBGE, INCRA y el Municipio de Corguinho; También hicimos un trabajo empírico en PA Liberdade Camponesa, recolectando testimonios sobre la historia del acuerdo con los líderes, quienes fueron entrevistados en diferentes ocasiones y proporcionaron materiales, como el Acta de las asambleas y nos permitieron copiar los documentos de constitución de la Asociación Liberdade Camponesa, además de entrevistamos a varios agricultores y visitamos sus parcelas. También participamos en varias reuniones de la Asociación y la MCLRA en el acuerdo. El análisis desarrollado es, por lo tanto, el resultado de la articulación entre teoría y práctica, es decir, de una praxis construida a lo largo de la trayectoria de la investigación.

Palabras clave: Liberdade camponesa; reforma agraria; movimiento social; movimientos socioterritoriales.

Introdução

O trabalho apresentado teve como principal objetivo discutir a constituição do Projeto de Assentamento Liberdade Camponesa, localizado no município de Corguinho, estado de Mato Grosso do Sul. O assentamento tem sua origem ligada a emergência do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA), que se constitui de uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do estado, sendo, nesta perspectiva considerado com um movimento socioterritorial isolado.

O contato com o assentamento ocorreu por duas vias que se interpenetraram: a primeira delas ocorreu por nossa atuação junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), conhecendo as lideranças do movimento em seu processo de luta pela reforma agrária; como acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia integramos um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e tivemos a oportunidade de estreitar laços com o Assentamento em questão, acompanhando o desenvolvimento dos recursos do Fomento Mulher.

Após a conquista da terra pelo movimento social, é necessário empreender outras lutas visando a permanência das famílias assentadas, tendo em vista a precariedade com que a maioria delas ingressa no lote/assentamento. O P. A. Liberdade Camponesa é, a exemplo da maior parte dos assentamentos no país, expressão de uma série de lutas que são cotidianamente travadas para a permanência dos assentados na terra.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente fizemos uma pesquisa bibliográfica que forneceu o embasamento teórico-metodológico da problemática, a exemplo dos autores Fernandes (2000, 2001, 2005, 2008), Almeida (2003; 2008), Martins (1984; 1997); Abramovay (1992); Oliveira (2007), entre outros. Informações sobre Corguinho foram obtidas em sites eletrônicos, como os da Prefeitura Municipal e o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); sobre os assentamentos existentes no município conseguimos informações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O levantamento das informações sobre a história do assentamento foi obtido junto às lideranças, que foram entrevistadas em diferentes ocasiões e forneceram materiais, como as Atas das assembleias e nos permitiu copiar os documentos de constituição da Associação Liberdade Camponesa. Também fizemos diversos trabalhos de campo no assentamento, entrevistando assentados e participando de reuniões da Associação e do MCLRA. A análise desenvolvida é, portanto, resultado da articulação entre teoria e prática, ou seja, de uma práxis construída ao longo da trajetória de pesquisa.

O trabalho apresentado encontra-se dividido três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte desenvolvemos uma discussão sobre os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa, abordando a questão agrária e o ressurgimento das lutas pela terra a partir do final dos anos 1970, no contexto do processo de redemocratização do país. No segundo item abordamos o surgimento do MCLRA e sua constituição como um movimento isolado, sua trajetória até a conquista do primeiro assentamento no estado. Na terceira parte a ênfase foi analisar a constituição e estruturação do P. A. Liberdade Camponesa, destacando as dificuldades e a resistência dos assentados para permanecerem na “terra de trabalho”.

Acreditamos que ao escrever a trajetória do MCLRA e a conquista do P. A. Liberdade Camponesa, damos uma contribuição aos estudos agrários no estado, bem como auxiliamos o Movimento a manter viva as suas memórias de lutas.

Agricultura camponesa e agricultura familiar: a conflitualidade na conquista da terra de trabalho

O debate sobre o modelo de produção adotado no campo brasileiro leva para dentro das universidades e das organizações e movimentos sociais do campo o uso dos conceitos de agricultura familiar e camponesa.

O termo agricultura familiar, popularizou-se no Brasil nos anos 1990, sendo especialmente disseminado a partir dos trabalhos de Abramovay (1992) e Lamarche (1998) e adotado, a partir dos governos de FHC (1995-1998; 1999-2002), no direcionamento das políticas públicas orientadas para a pequena produção, fato reforçado, também, nos governos Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016).

Por outro lado, inúmeros outros autores, a exemplo de Oliveira (2007), Fernandes (2008), Almeida (2003), defendem a recriação camponesa como a face contraditória e conflituosa do modo de produção capitalista, com a produção capitalista das relações não capitalistas de produção, bem como as lutas empreendidas por esses sujeitos históricos, por reforma agrária e direitos sociais. Emblemática é a contribuição de Martins (1981), que forjou uma nova interpretação da questão agrária brasileira, enfatizando as contradições do capital, viabilizando a sua reprodução ampliada a partir da disseminação de formas não capitalistas, a partir da exploração do trabalho, particularmente demarcada pela contradição entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”, situação dramática, sobretudo, nas frentes de expansão.

Obviamente, é preciso considerar a enorme multiplicidade de atores capazes de serem reconhecidos como parte dessa categoria social (agricultores familiares, ou seja, cuja terra é de trabalho), dadas as grandes diferenças existentes no país e a diversidade das formas de reprodução social que se encontram no território brasileiro (quilombolas, arrendatários, parceiros, assentados, ribeirinhos, entre outros).

Alguns autores têm defendido a tese de que o campesinato não existe mais. O historiador inglês Eric Hobsbawn, afirma em seu livro, A Era dos Extremos: o breve Século XX, que a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance, “[...] e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato [...]” (HOBSBAWN, 2003, p.284). Hobsbawn utiliza estatísticas que mostram a redução do número de camponeses em vários países da Europa e da América do Sul, e Ásia, e, embora essas estatísticas não comprovem a extinção completa do campesinato, revelam que houve mudanças significativas no meio rural, que foram forçadas pelo capital, que se apropria das terras cultiváveis e da força de trabalho do camponês expulso para o meio urbano.

Este mundo urbano-industrial em que vivemos acirra os conflitos no campo, pois, a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. Exemplos deste processo são as agroindústrias de álcool, da celulose, soja e cana de açúcar que inviabilizam as condições de reprodução camponesa por meio da monopolização da terra pelo capital, tanto produtivo (voltado unicamente para a produção das *commodities*), quanto financeiro (com o único fim

de especulação). Nos dois casos a lógica é a mercantilização dos bens naturais, da terra, da água, das sementes, em contraposição direta à lógica da reprodução camponesa.

Por outro lado, o campesinato não deixou de existir, o camponês está sempre se reinventando e se (re)criando enquanto classe social, inovando nas formas de produção e geração de renda, surpreendendo as expectativas quanto ao seu fim, como afirma Oliveira:

Mais recentemente, um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para eles o desenvolvimento desse modo de produção deve ser entendido como contraditório. Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2007, p.184.)

A compreensão e o reconhecimento do campesinato como tal, se dá, não pela autoafirmação de ser camponês, mas no modo de se relacionar com a terra, pois segundo Almeida (2003) “[...] nos importava seu modo de vida e sua lógica de reprodução, sua compreensão da luta, aquilo que os diferenciava e os aproximava na terra conquistada.” (p.20)

As famílias camponesas mantêm uma relação com a terra como espaço de vida, modo de ser e convivência familiar, dela vivem e criam seus filhos e filhas, procurando passar a eles estes valores. Herdeiros e herdeiras destes ideais, passam a reproduzir a luta para ter o seu “pedaço de chão” da reforma agrária.

Essa luta é traduzida por ações de enfrentamento e resistência ao modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado no campo brasileiro há décadas. Os camponeses ganharam aliados fortes, a partir do surgimento dos movimentos sociais no campo, que trouxeram conhecimento e informações sobre produção e comercialização, cooperativismo, associativismo, sindicatos rurais e vários outros temas que os ajudaram na sua organização para o enfrentamento e resistência ao modelo econômico que estava sendo imposto ao campo brasileiro.

Neste final de século, o debate a respeito da questão agrária contém antigos e novos elementos que têm como referências: as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais, simultaneamente à intensificação da concentração fundiária. No centro desse debate desdobra-se uma disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo.

Desde a década de 70 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT (FERNANDES, 2001, p. 19)

De fato, a Comissão Pastoral da Terra nasceu no período da ditadura militar (1975), fruto de uma ala da Igreja Católica chamada de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e que trazia as aflições das comunidades rurais para dentro da igreja, conforme afirmam Borges e Kudlavicz (2008),

Em vista desta forte presença da questão agrária no interior das CEB's, entre outras questões que afligiam as comunidades, no ano de 1975 nascia a CPT, em Goiânia, 'uma reunião de padres, bispos, irmãs e leigos', como observa a cartilha 'A terra só será de Deus, quando for dos irmãos' (CPT/sd). Brotava a CPT em meio a essas Comunidades, com o intuito de solidificar o compromisso da Igreja com os camponeses arrendatários, posseiros, bóias-frias, sem-terra, dentre outras categorias. A partir da formação das CEB's e da CPT, a Igreja Católica, por meio do trabalho de acompanhamento, favorecia o processo de lutas camponesas (p. 91).

O fortalecimento das lutas camponesas, pela Igreja Católica, neste período, favoreceu o surgimento de movimentos sociais no campo e sindicais, entre eles o MST, que desponta como o maior expoente dessa luta e resistência dos sem-terra.

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária. Destas nascem diversas outras lutas, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – é hoje, sem dúvida, importante organização dos trabalhadores a praticá-las. [...]

Por meio dessas ações dos trabalhadores podemos compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, expulsão e exclusão. Pode-se analisar, igualmente, a disputa política por projetos de desenvolvimento rural. A amplitude dessa luta é conhecida pelas diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, desde o trabalho de base às ocupações de terra; do enfrentamento aos latifundiários às diversas formas de violência contra os sem-terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação de consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc. (FERNANDES, 2001, p. 37).

A grande concentração fundiária no país se deve a forma como foi feita a distribuição de terras desde o período colonial. Segundo Martins (1997) nesse contexto todas as terras da colônia pertenciam ao rei de Portugal. O Regime Sesmarial, vigente em Portugal, foi implantado na colônia com algumas modificações, em que os capitães-donatários faziam a distribuição de terras a sesmeiros, a partir da aplicação do modelo *plantation* na colônia. Em seu estatuto jurídico, a principal função do sistema de sesmarias é estimular a produção, sendo que quando o titular da propriedade não a iniciava dentro dos prazos estabelecidos, seu direito de posse poderia ser cassado.

No regime de sesmarias o sesmeiro recebia uma concessão de uso, mantendo o Rei (o Estado), o domínio (a propriedade eminente). Se não houvesse o uso produtivo da terra (em um prazo relativamente curto, cerca de dois anos), a concessão caducava e as terras voltavam ao domínio do rei (se tornavam "realengas"). Somente poderiam receber terras os

brancos, “puros de sangue” e católicos e, óbvio, deveriam possuir capital para tocar o “negócio colonial”, ou seja, possuir escravos para produzir em larga escala (sob o modelo *plantation* – latifúndio, monocultura, escravidão). O modo como foi feita essa distribuição fez surgir propriedades de dimensões incomparáveis ao que havia em Portugal ou em outros lugares no mundo, então, desde o início o Brasil se caracterizou pela concentração da propriedade fundiária, pois a própria Coroa incentivou a concentração de terras (MARTINS, 1997).

Esse regime de propriedade somente foi suspenso às vésperas da Independência, não sendo imediatamente substituído por um novo regime de propriedade. Ou seja, de 1822 a 1850 a terra tornou-se “livre”, sem uma legislação que normatizasse seu acesso. Com as pressões da Inglaterra, a partir especialmente de 1836, para a abolição da mão-de-obra escrava, e fazer a substituição pela mão de obra assalariada, e para impedir que com a futura abolição, os ex-escravos se apossassem da terra, bem como os imigrantes, que foram estimulados a vir ao Brasil para substituírem a força de trabalho dos escravos, um novo regime de propriedade é instaurado. A promulgação da Lei de Terras, que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime das posses, e instituiu a compra como a única forma de obtenção de terras, criando um artifício para impedir a livre ocupação das terras (MARTINS, 1997).

Assim, duas semanas após a proibição do tráfico de escravos para o Brasil (Lei Eusébio de Queirós), aprovada no início de setembro de 1850, foi aprovada a chamada Lei de Terras (Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850), impondo as normas jurídicas para a nova regulamentação do acesso à terra. A partir dessa lei estabeleceu-se o fundamento jurídico para a transformação da terra em mercadoria, ou seja, determinando que o acesso era livre, desde a aquisição fosse realizada pela compra. O Estado brasileiro reconhecia o direito as ocupações realizadas no período anterior a essa data. Desse modo, originou-se, por meios falsos, uma grande massa de despossuídos, obrigados a vender sua força de trabalho aos que detinham terra e poder, ou seja, impedindo o acesso aos ex-escravos e aos trabalhadores livres – imigrantes europeus que vieram substituir a mão de obra escrava nas lavouras cafeeiras (MARTINS, 1997).

Esta estrutura fundiária é um dos fatores que fazem com que a luta pela posse da terra e os conflitos agrários sejam uma constante, especialmente a partir do final dos anos 1970, com a organização de movimentos sociais no campo, quando o Estado, se sentindo pressionado, inicia o processo de implantação de assentamentos de reforma agrária na tentativa de diminuir os conflitos.

A estrutura fundiária diz respeito à forma como a propriedade da terra está distribuída e tem motivado a preocupação de muitos estudiosos da questão agrária, pois a propriedade da terra torna-se elemento fundamental para a compreensão do campo brasileiro (FABRINI, 2008, p. 54).

Segundo Fernandes (2001) existem, claramente, dois modelos/projetos de desenvolvimento, a agricultura camponesa e a agricultura capitalista, ambas fazem parte da questão agrária e, em seu movimento contraditório de des-re-territorialização, promovem conflitualidade e desenvolvimento de forma simultânea. Dessa forma, para a compreensão do desenvolvimento rural e os conflitos dele decorrentes é preciso entender que:

[...] A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2008, p.174).

Os dois projetos em disputa são antagônicos. O projeto camponês, baseado na produção agroecológica e orgânica, das sementes crioulas, é um projeto de celebração da vida. Por outro lado, o projeto da agricultura capitalista, denominada agronegócio, defende o latifúndio dos monocultivos, dos agrotóxicos, do desmatamento, sendo um projeto de exploração, expropriação e morte. Nas diferenças desses projetos estão explícitas diferentes visões de mundo, de sociedade e humanidade.

A expansão do agronegócio tem revelado que a luta das populações camponesas transcende a conquista e manutenção da terra, é uma luta por terra e território uma vez que a terra em disputa se mostra em sua condição de território, como portador de recursos naturais, culturais, sociais e matérias-primas indispensáveis à sobrevivência destas populações. A análise da história agrária brasileira tem revelado que, se nosso passado e presente simbolizam a continuidade de um modelo político concentrador de terra e renda, é também palco de inúmeras batalhas sociais de resistência (ALMEIDA, 2003, p.109).

A luta pela terra no Mato Grosso do Sul e o Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA) – “o povo sem rosto”

A ocupação do território do Sul do Mato Grosso, segundo Fabrini (2008), se deu com a expansão das fazendas de gado e de abertura de estradas boiadeiras que permitiram o avanço do gado mais para dentro do Sul do Mato Grosso. Este avanço estimulou o desenvolvimento da região e o melhoramento do rebanho, passando a ser comercializado pelos frigoríficos de São Paulo.

Este povoamento foi marcado pela opção política ao latifúndio, desde que a Companhia Mate Laranjeira foi autorizada, por meio de concessão, a iniciar suas atividades

nos campos de ervais na porção meridional, ignorando a existência de povos indígenas originários na região.

Em relação à Companhia Mate Laranjeira, cuja criação foi desencadeada pelo Decreto Imperial, de 1882, o qual concebeu, por arrendamento, a Thomaz Laranjeira imensas áreas para exploração de ervais, a análise de Bianchini acerca da ascensão e crise da empresa e sua relação com o povoamento do sul do Mato Grosso permite-nos compreender a sua importância no processo de inauguração do latifúndio como opção política e econômica da região sul de Mato Grosso (ALMEIDA, 2003, p.111).

A Companhia Mate Laranjeira detinha o direito de exploração dos ervais, e não a propriedade das terras, mas de fato, na prática, exercia a posse da terra com poder de polícia, elegendo políticos, controlando estradas, rios e com milhares de pessoas trabalhando nos ervais e em outras funções que a empresa demandava. A Companhia Mate Laranjeira também tinha contrato de arrendamento das exportações, ela pagava um valor determinado de taxas ao governo e cobrava o imposto de exportação de outros produtores de erva mate. Na região do Sul de Mato Grosso, a Companhia Mate Laranjeira era considerada “um Estado dentro do Estado”. “A atuação da Cia Mate Laranjeira não permitiu o desenvolvimento de pequenas propriedades, nem mesmo para que os pequenos proprietários servissem como mão-de-obra na coleta de erva-mate.” (FABRINI, 2008, p. 54).

A partir da Proclamação da República as terras devolutas passam para a competência do Estado, cujo domínio estava com as oligarquias regionais que se sentiram confortáveis em implementar a sua política fundiária concentracionista e excludente.

A estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul ainda é uma das mais concentradas entre as unidades da federação, conforme colocado por Oliveira (2008), em Mato Grosso do Sul há 5 milhões de hectares de terra devoluta e 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo que deveriam estar destinadas à reforma agrária, conforme manda a Constituição de 1988. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 nos mostram que os estabelecimentos com até 200 hectares, apesar de representarem 72,08% do total de estabelecimentos pesquisados, possuem apenas 5, 01% da área total. De outro lado, os estabelecimentos acima de 1.000 hectares, apesar de representarem apenas 10,18% do total, em termos de área, possuem mais de 76% das áreas do estado, como pode ser verificado na tabela 1.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul – estrutura fundiária – 2006.

Grupos de área total	Estabelecimentos	%	Área em hectares	%
De menos 01 há a menos 200 há	46.750	72,08	1.504.902	5,01
De 200 ha a menos de 1.000 há	11.209	17,28	5.428.720	18,06
Acima de 1.000 há	6.603	10,18	23.123.327	76,93
Produtor sem área	300	0,46	-	-
TOTAL	64.862	100	30.056.947	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006). Org.: Kudlavicz.

Tendo em vista a enorme desigualdade existente no acesso à terra de trabalho em contraposição à terra de negócio (MARTINS, 1984), especialmente a partir da década de 1980 inicia-se, com maior força, a organização de trabalhadores sem terra no estado. No decorrer desse processo de lutas diversos movimentos são criados, entre os quais o Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA).

A extensa literatura acadêmica mostra que os assentamentos rurais existentes no Brasil decorrem de intensas lutas pela reforma agrária promovidas pelos trabalhadores rurais sem terra. Esse modo camponês de lutar, ocupando latifúndios, fez o governo federal, nas últimas décadas, criar novas políticas públicas para os assentamentos da reforma agrária, na tentativa de controlar essas lutas. Dada a grande contribuição econômica e social que estes assentamentos deflagram, deveriam ser objeto de maior empenho e reconhecimento pelo Estado, uma vez que geram trabalho, aumento da oferta de alimentos à população, gerando maior qualidade de vida e permitem uma reprodução social mais digna às famílias assentadas. Nesse contexto, os movimentos sociais rurais são a maior força de luta pela terra, proporcionando o desafio da recriação camponesa nas ocupações e nas múltiplas formas de resistências que empreendem.

Portanto, no Brasil, a reforma agrária existente é resultado da ação dos movimentos sociais que lutam pela terra, a partir de ocupações e pressões e não resultado de uma política do governo – é uma resposta da pressão dos movimentos, ou seja, se não houvesse a pressão, essa política de distribuição de terras não aconteceria ou seria em número muito reduzido diante da demanda (FERNANDES, 2000).

No estado de Mato Grosso do Sul, a exemplo do que ocorre em todo o país, a partir dos anos 1980 se intensifica a luta pela terra, com a constituição de diversos movimentos sociais, de distintas filiações e organizações. Neste trabalho enfatizamos a atuação do MCLRA, que deve ser, portanto, compreendido como movimento socioterritorial¹ de resistência dos trabalhadores sem-terra à exclusão social.

¹ Conceito elaborado por Fernandes (2000).

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com o objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p.31)

Também é necessário explicitar que o MCLRA/Brasil é uma dissidência do MST, sendo que as disputas por espaços entre as lideranças são importantíssimas para as transformações da realidade, ou seja, para o “movimento”. Em depoimentos gravados, durante a pesquisa, com as atuais lideranças do movimento, nos foi relatado que o grupo dissidente fazia parte do Acampamento Carlos Marighella, no município de Campo Grande, sob a bandeira do MST. Uma das ações planejada era ocupar a Fazenda Imbira no mesmo município, pois a área já estava destinada a ser transformada em um assentamento. A proposta era que um grupo deste acampamento se juntasse a outros para a ocupação, porém, a liderança do acampamento, neste período, decidiu levar todas as famílias para a área, causando, então, um descontentamento com a direção do MST regional, o que resultou na divisão do grupo. As famílias, então, se reuniram em assembleia e decidiram deixar o MST, fundando/criando um outro movimento para lhes dar suporte jurídico, tendo clareza de que, a partir deste momento, perderiam o apoio de sua base maior e passando a construir seus próprios caminhos.

O fato é que há inúmeros percalços no decorrer da luta pela terra, envolvendo não somente disputas com o Estado, com proprietários, grileiros, especuladores (agentes sociais externos, por assim dizer), mas que também envolvendo os participantes (agentes sociais de dentro do movimento), em sua busca pela terra de trabalho, pela sobrevivência, pela cidadania. Elas podem envolver desde problemas banais do cotidiano da luta (briga de crianças, fofocas, visões de mundo distintas etc.), quanto, também, formas de condução do movimento.

Importa afirmar que nesse processo, promovem espacialidades distintas – nos acampamentos, formas de reivindicação, manifestações, entre outros. Nesta perspectiva, para melhor compreender a constituição desses movimentos, consideramos importante inserir a reflexão de Fernandes (2005) que afirma:

[...] Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (p. 31).

Portanto, há uma enorme complexidade que se move juntamente com esses sujeitos sociais, e nesse sentido, a formação do MCLRA deve ser compreendida no quadro de disputas envolvendo lideranças, ainda que imbuídos de propósitos idênticos: a conquista da terra.

Nesta caminhada, buscando a sua territorialização, o movimento MCLRA/Brasil procura agregar mais famílias e articular ações em conjunto com outros movimentos sociais rurais, continuando a desenvolver suas ações em um espaço geográfico restrito, e nesta perspectiva é que podemos conceituá-lo como um movimento isolado.

Movimentos isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos estes movimentos como isolados não por estarem sem contatos com outras instituições, mas sim por atuarem em um espaço geográfico restrito. [...] (FERNANDES, 2005, p. 32).

Atualmente o movimento se organiza em sete acampamentos e um assentamento. Para chegar neste estágio o movimento MCLRA precisou organizar ocupações, manifestações, articulações com órgãos públicos, enfim, provocar conflitos para que fossem ouvidos e atendidos em suas reivindicações por reforma agrária. Precisavam, também, de uma identidade e uma nova bandeira, conforme nos relata uma das lideranças² atuais em depoimento gravado sobre o período após a separação do MST,

[...] ficou 117 famílias [...] na época se reunimos ali no barracão e fizemos a bandeira [...] a arte da bandeira, aí criamos, né, MCLRA, Movimentos Camponês de Luta pela Reforma Agrária, ela foi criada num barracão na Fazenda Imbira [...] criada a arte, criada o nome [...] construção coletiva em 117 famílias. [...] Na época lá, primeiro surgiu o desenho, né, ha! vamo ponhá o desenho assim! [...] não, vamo fazer uma bandeira verde, não vamos fazer igual a do MST, vamo fazer verde, verde porquê? Porque é o campo, a esperança é não sei o que. Ha! Vamo ponhá um povo, um povo sem rosto, aí surgiu, um povo sem rosto que somos nós [...] não somos reconhecido diante da sociedade, então nós somos povo sem rosto não só o sem terra, mas entra, na verdade, os baixa renda em geral, mesmo que você não é sem terra, mas tá aqui na periferia, você é um povo sem rosto você não tem reconhecimento pela sociedade.

[...] o nome? Por que é assim, movimento, tinha que ter o nome de M que é de movimento, e C, porque é o Campo né, camponeses, tinha que ter camponês, que é o campo, defender a agricultura familiar, defender o pedaço de terra, então o campo né. [...] luta, L né, porque seria as luta que vamos ter no dia a dia para conquistar o campo de volta para os camponeses, né, então a luta significava... Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária... reforma agrária que é o país que não atingiu a meta dele hoje de reforma agrária, não atingiu, desde a época de Getúlio Vargas para cá eles não conseguiram, o Brasil não teve avanço em reforma agrária.³

² A transcrição do depoimento foi feita de forma literal, ou seja, respeitando a forma como foi falado pelo depoente, sem qualquer correção ou modificação linguística.

³ Entrevista concedida ao autor em 10/10/2017; o nome da liderança não será citado, assegurando seu anonimato.

A Figura 1 mostra a bandeira criada pelo MCLRA.

Figura 1: Bandeira do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária-MCLRA.



Fonte: MCLRA.

A representação simboliza os homens e mulheres camponesas, sugerindo sua presença em todo o território brasileiro. Além da bandeira, seguindo a tradição do MST, o movimento também tem um hino, que geralmente é entoado quando ocorrem encontros e manifestações. Todos esses símbolos foram gerados por pessoas que participam deste movimento social, sendo representações da luta da qual participam.

Assentamento Liberdade Camponesa a “Terra Prometida”

A conquista do seu pedaço de chão, onde possa viver com dignidade junto com a família, é o sonho do camponês que está acampado, debaixo de uma lona preta, na beira de uma rodovia, ou dentro de uma área provisória. A espera pela terra de trabalho é, geralmente, tão longa que é sentido como permanente. Para as famílias que acamparam em Corguinho, próximas a fazenda que estava destinada a elas, a caminhada, até finalmente entrarem em definitivo na terra, durou cinco longos anos, sendo somente sentida como vitoriosa para as 49 famílias contempladas com um lote no P. A. Liberdade Camponesa. Aos demais cabia seguir, a duras penas, na luta.

A fazenda destinada ao assentamento batizado com o nome de Liberdade Camponesa, está localizada no município de Corguinho, no centro de Mato Grosso do Sul. O município está distante cerca de 100 quilômetros da capital do estado, Campo Grande, fazendo parte dessa Microrregião Geográfica. Encontra-se na latitude de 19°49'54” Sul e longitude de 54°49'46” Oeste. De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2010) possuía 4.862 habitantes, com uma estimativa para 2016 de 5.622, o Índice de

Desenvolvimento Humana Municipal (IDHMA) de 2010 é de 0,671, apresentando uma densidade demográfica de 1,84 hab./km², em uma área de 2.638,168 Km², abrangendo em seu território os biomas Cerrado e Pantanal (IBGE, 2016).

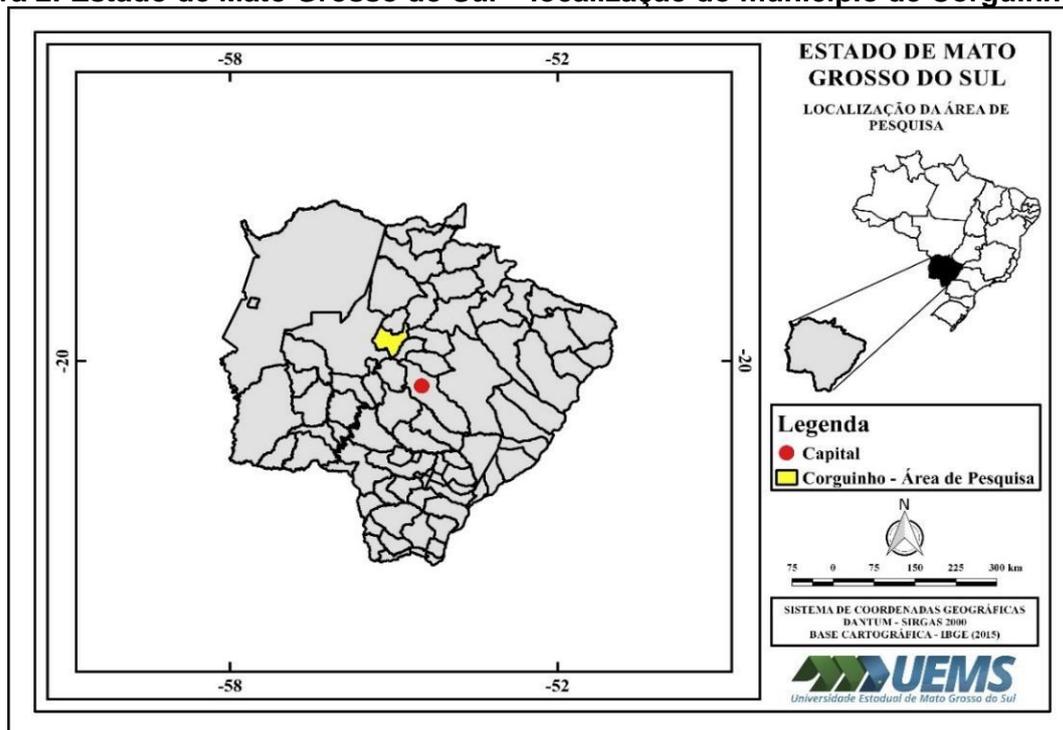
Na configuração territorial do assentamento há várias nascentes e córregos, o que facilitou a ocupação e a permanência durante os cinco anos em que não foi instalada a água nos lotes. Por outro lado, no período chuvoso, há lotes que ficam incomunicáveis, pois os córregos enchem e não há pontes, dificultando desde o escoamento da produção que possam ter, como a ida das crianças à escola, o tratamento médico, etc.

Segundo o histórico do município, a origem do povoado de Corguinho tem relação com a prática do garimpo. Assim:

O povoamento de Corguinho teve início em 1931, quando uma leva de garimpeiros, nortistas e nordestinos, tomaram conhecimento de garimpos nos córregos Carrapato e Formiga. Corguinho é topônimo originado do Córrego do mesmo nome que banha a cidade. Os garimpeiros insatisfeitos com o resultado da exploração, levantaram acampamento e desceram o rio Aquidauana, até a foz do ribeirão Corguinho, onde encontraram novas jazidas de aluvião e os resultados da exploração foram promissores, atraindo novos garimpeiros, consolidando a formação do povoado (IBGE, 2017).

Tornou-se distrito de Aquidauana em 1934 e posteriormente, de Rochedo, quando da emancipação deste em 1948, que abarcou também o que é atualmente o município de Rio Negro. A emancipação política foi conquistada em 11 de dezembro de 1953, quando desmembrou-se do município de Rochedo (IBGE, 2016).

A Figura 2 representa a localização do município no estado de Mato Grosso do Sul, situado na porção centro norte.

Figura 2: Estado de Mato Grosso do Sul – localização do município de Corguinho - MS

Org: Guilherme Espíndola Junior.

Dessa forma, trata-se de um pequeno município em termos populacionais, mas que apresenta uma grande extensão territorial (2.639,850 km²), da qual uma ínfima parte foi destinada à política de assentamentos. Segundo o site da Prefeitura Municipal existem grandes dificuldades no atendimento de questões sociais, tendo em vista que sua infraestrutura, especialmente a ligada ao fornecimento de energia, ainda é precária, o que impõe dificuldades na atração de empresas e a geração de emprego e renda. A economia, assim, é especialmente baseada na agropecuária, apresentando um setor comercial e de serviços que atende, principalmente, aos próprios habitantes do município. O setor da pecuária de gado de corte é predominante, mas também ocorre a presença da pequena produção camponesa, voltada para a produção de gêneros alimentícios e para o autoconsumo, especialmente nos assentamentos provenientes da Reforma Agrária (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO, 2016).

Conforme os dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Quadro 1), atualmente o município possui quatro Projetos de Assentamento da Reforma Agrária implantados em seu território, ocupando uma área total de 5.824,04 hectares.

Tabela 2: Corguinho – MS – Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária

Nome PA	Município	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA (ha)	Data Criação
PA Corguinho	Corguinho	220	129	3.633,6039	28/12/2007
PA Torre de Pedra	Corguinho	36	34	762,2536	26/12/2008
PA Rancho Alegre	Corguinho	25	24	518,7557	30/12/2008
PA Liberdade Camponesa	Corguinho	50	48	909,4359	22/12/2009

Fonte: INCRA (2016). Org.: O Autor.

O MCLRA, assim como outros movimentos que conquistaram a terra a partir da luta, percorreu uma longa trajetória até a conquista do assentamento Liberdade Camponesa.

De modo geral, as características da vida dessas famílias camponesas eram as mesmas: sempre na luta pela sobrevivência, convivendo desde a infância com a expropriação e a violência, errantes de fazenda em fazenda, sofrendo o desenraizamento, o estranhamento dos lugares que não eram seus. Em todas as famílias estavam presentes o sofrimento, a falta de emprego e o desejo de ter seu próprio lugar (FARIAS, 2006, p. 123).

A maioria das famílias arregimentadas pelo movimento eram moradoras de áreas periféricas da cidade de Campo Grande. Nos depoimentos gravados com as famílias assentadas aparece esta confirmação, estavam morando e trabalhando na cidade. Entretanto, fazem questão de afirmar que tinham um vínculo com a terra, tendo em vista anteriormente terem residido no campo, quando viveram com os pais e depois se mudaram para a cidade, obviamente expulsas pelo processo de modernização⁴.

Fernandes (2000) faz referência ao processo de constituição das fazendas no estado e a posterior expulsão das famílias camponesas:

No final da década de 1970, no [atual] Mato Grosso do Sul, a prática de exploração da mão de obra camponesa para formação de fazendas e pastagens era comum. Essa prática fora utilizada no Estado de São Paulo desde o final do século XIX. Efetivada a grilagem, começava a formação das fazendas, quando os latifundiários-grileiros arrendavam as terras aos camponeses sem-terra, para que derrubassem a mata e plantassem capim. Depois de formadas as fazendas, acabam os arrendamentos e os camponeses são obrigados a migrarem em busca de novas terras [...]. (p. 69).

⁴ Sobre a modernização da agricultura, ver, entre outros Graziano da Silva; Kageyama (1987) e Martine (1991).

No final dos anos 1970, no contexto de distensão do regime militar, tendo em vista as grandes contradições geradas por tal modelo, colocando cada vez mais dificuldades à reprodução camponesa, começam a ressurgir os movimentos sociais no campo.

São camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça (MARTINS, 1984, p. 88).

A partir dos anos 1980, tendo em vista o processo de redemocratização, o crescimento das lutas pela terra e o clamor pela reforma agrária, muitas famílias já não encontravam terras disponíveis para arrendar, tendo em vista novos usos dados pelos proprietários no contexto da modernização do campo. Ao longo do tempo a expropriação contínua leva a uma intensa migração campo-cidade, com a constituição das periferias urbanas que passam a abrigar o contingente expulso das áreas rurais. Isso representou o início das ocupações e da luta no estado, o que veio a posteriormente, conjuntamente ao que ocorria em outros estados da federação, a se materializar na constituição do MST (FERNANDES, 2000).

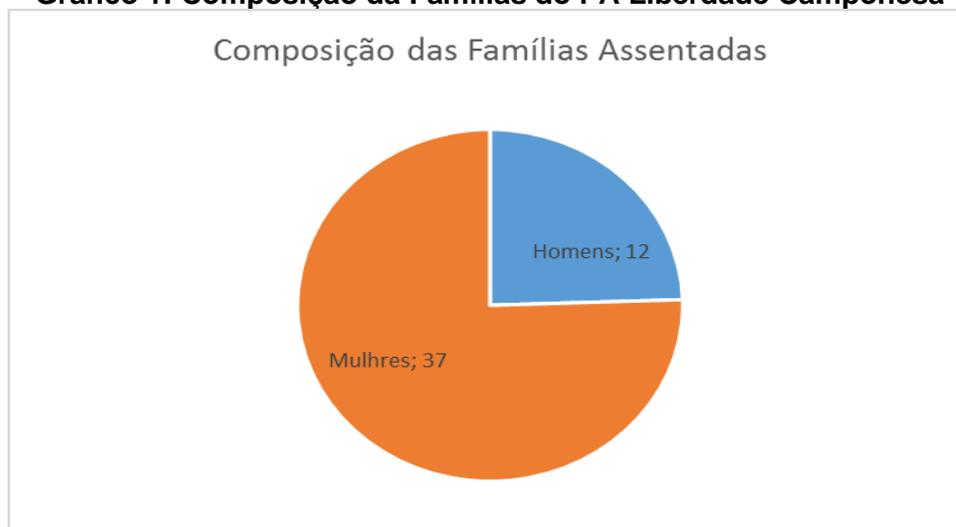
Os trabalhadores não proprietários da terra, após a derrubada das matas e formação das pastagens, foram sendo expulsos da terra com o escasamento das florestas. De modo geral, no sul de Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem-terra que se organizaram nos movimentos sociais, não são pequenos proprietários expropriados, mas trabalhadores rurais que nunca possuíram terra (FABRINI, 2008, p. 71).

Os camponeses entrevistados no Assentamento Liberdade Camponesa relataram sobre as dificuldades enfrentadas durante o acampamento, as privações, as decepções, mas também lembraram das alegrias, dos acontecimentos divertidos e tristes, do companheirismo e das amizades forjadas nas lutas.

Nesse processo, que durou aproximadamente cinco anos, as 170 famílias montaram acampamento em quatro áreas diferentes, a saber: Fazenda Imbira, Eldorado, Matinha, Mamonas e Baguaçu, e sistematicamente despejadas, ora com ordem judicial e uso da força policial, ora por acordo e com a ajuda do INCRA, até que 49 famílias foram finalmente assentadas em Corquinho, na Fazenda Três Piúvas, cujas terras desapropriadas serviam à pecuária de corte, portanto, formadas de pastos. As famílias excedentes do grupo original, 120 no total, foram remanejadas para outros acampamentos do movimento, algumas, posteriormente, conseguiram o lote no PA Liberdade Camponesa, através de vacância, desistência ou retomada.

Na pesquisa realizada nos documentos do MCLRA, encontramos a lista com os nomes das pessoas que foram sorteadas para o assentamento, e constatamos que as mulheres são a maioria na titularidade dos lotes, conforme demonstrado no gráfico 1, representando cerca de 75% do total de assentados.

Gráfico 1: Composição da Famílias do PA Liberdade Camponesa



Fonte: O autor (2016).

O INCRA não cumpriu todos os investimentos necessários após a implantação do assentamento, liberou apenas os créditos de instalação e a implantação da rede de água, mas devido às denúncias e investigação de corrupção no órgão, a lentidão tomou conta de todo o processo de reforma agrária a partir daí. A ineficiência na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁵, documento individual necessário a cada assentado, inviabilizou durante anos o acesso às linhas de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁶ que são destinados a incrementar a produção. Conforme o site do INCRA, as primeiras linhas disponíveis são Microcrédito da Reforma Agrária, Investimento para a Reforma Agrária e Custeio da Reforma Agrária, que são utilizados para garantir, minimamente, a sobrevivência dos assentados contemplados nos Projetos de Assentamento (P.A). Sem o acesso a estes créditos, a produção do assentamento fica comprometida.

Os lotes individuais distribuídos às famílias têm o tamanho aproximado de 8,4 hectares, apresentando muitos problemas de infraestrutura, apenas água e energia elétrica foram instaladas e, mesmo assim, a demora na implantação foi de cerca de cinco anos. Os

⁵ A DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtida tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica).

⁶ O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores — aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar.

créditos para a construção das moradias não foram liberados e, por isso, as famílias construíram barracos improvisados que, ao longo dos anos, foram melhorando. Atualmente, há poucas moradias de alvenaria ou só de madeira, as moradias mistas de lona e madeira e de madeira e alvenaria são a maioria no assentamento (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Moradia mista no lote.



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 4: Moradia de Alvenaria no lote.



Fonte: Arquivo do Autor.

O acesso principal aos lotes, a partir da sede do assentamento, é dificultado pela travessia, dentro da água, de um pequeno riacho, que é feita sem muitas dificuldades em períodos em que não chove, mas fica impossível atravessar nos períodos de chuva, quando o volume da água aumenta consideravelmente, deixando os assentados incomunicáveis. Além do acesso principal, há dentro do assentamento outros córregos que cortam as estradas secundárias (travessões), o que torna a situação dos residentes ainda mais precária, pois não há como escoar a produção, levar as crianças à escola ou buscar auxílio em caso de necessidade; dessa forma, vivenciam uma situação de penúria, sem garantias mínimas de cidadania.

Apesar de todos os problemas apresentados, o camponês resiste no seu lote, produz alimentos diversificados para o consumo da família, e quando pode, comercializa o excedente para ter uma renda extra (Figura 5).

Figura 5: Produção de Café e Abacaxi no lote.



Fonte: Arquivo do Autor.

Deste modo, o movimento que originou o assentamento focado nesta pesquisa deve ser compreendido como uma resistência dos trabalhadores sem-terra à exclusão social. Apesar de buscarem auxílio e cobrarem políticas sociais para comunidade, junto ao INCRA, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e ao poder público local, enfrentaram, ao longo do tempo, inúmeras dificuldades. Considera-se, assim, que algumas das dificuldades vinculam-se a um certo isolamento desse movimento, bem como as dificuldades de suas lideranças em terem suas demandas atendidas por tais órgãos, tendo

em vista o pequeno número de assentados, o que dificulta uma maior organização e pressão política.

Somente no final de 2015 o P. A. Liberdade Camponesa recebeu o primeiro repasse de verbas para auxiliar as famílias assentadas a produzirem no lote, o denominado apoio inicial (R\$ 2.400,00 reais, que foi disponibilizado a 33 dos assentados), conforme notícia divulgada pelo INCRA em seu site. Em geral, esse repasse é realizado logo no início do processo do assentamento, mas, nesse caso, somente ocorreu após seis anos de muita luta pelos assentados.

Outra conquista foi a obtida de uma linha denominada Fomento Mulher. Trata-se de um apoio específico para as mulheres assentadas, voltado para atividades que, tradicionalmente, ficam sob a responsabilidade feminina nos assentamentos. Além de contribuir para a soberania e a segurança alimentar das famílias assentadas, o crédito também é muito importante por estimular o protagonismo da mulher e sua capacidade de organização.

Foram encaminhados pelo P.A. 30 projetos aprovados para o Fomento Mulher, envolvendo: criação de frango caipira, produção de doces caseiros, cultivo de gengibre, produção de sabão, costura, horta orgânica e plantio de mandioca. As próprias assentadas é que decidiram como gostariam de trabalhar a partir dos recursos disponibilizados. Cada projeto recebeu R\$ 3.000,00 (três mil reais) para seu desenvolvimento, uma parte é oferecida como subsídio pelo governo federal, e ao final de um ano, cada assentada deverá retornar R\$ 600,00 (seiscentos reais), a título de pagamento. Segundo as lideranças, somente 13 mulheres receberam, efetivamente, os recursos. Pelas entrevistas realizadas duas delas não conseguiram quitar a dívida antes do vencimento do título, o que se torna um problema para o acesso a outros financiamentos.

Mais recentemente, alguns projetos de extensão foram realizados a título de auxiliar esses camponeses, um dos quais contou com nossa participação, o que pode representar mais informações e apoio para o desenvolvimento de projetos no assentamento.

De toda forma, os assentados vêm lutando com grande afinco para permanecerem na terra conquistada, pois uma das características do movimento é essa capacidade de superação e de resistência frente às adversidades, comprovadas na produção, no carinho do trato com as plantas, no orgulho de mostrar o que tem e o que é, sem medo, sem constrangimento, lutando sempre, para garantir os seus direitos, e acreditando em dias melhores com o decorrer da luta.

Considerações Finais

Diante do exposto sobre a pesquisa realizada, cujo intuito foi, principalmente, analisar o processo histórico de constituição do P. A. Liberdade Camponesa e do MCLRA, consideramos pertinente enfatizar que a permanência dos camponeses ocorre pela persistência e não pelas condições que encontram ao ingressar no lote/assentamento, sendo extremamente necessário que as políticas públicas efetivamente cheguem até os assentados e possam propiciar condições mais dignas de existência, atendimento dos direitos de cidadania e criação das condições para que possa haver produção, comercialização e geração de renda.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o assentamento apresenta diversas histórias de superação, não se verificando, até o momento, a venda das terras em razão das dificuldades enfrentadas.

Conforme a pesquisa buscou retratar, a grande maioria dos assentados são oriundos de Campo Grande, residindo na periferia da cidade, mas possuindo em seu histórico a expulsão do campo, tendo em vista o processo de modernização conservadora do campo.

Tal situação deflagrou a luta pela terra e o surgimento de diversos movimentos sociais no estado de Mato Grosso do Sul, culminando na constituição dos “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2000), um dos quais constitui-se no P. A. Liberdade Camponesa. Assim, a territorialização de diversos assentamentos, foi resultado da difícil luta árdua empreendida na reprodução social, no percurso pela conquista da “terra de trabalho” (MARTINS, 1984).

Entretanto, conforme analisamos na pesquisa, na década de 1980 houve a criação de vários assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul, muitos dos projetos, a exemplo do Liberdade Camponesa, ficaram alijados de políticas públicas mínimas, que representassem aos assentados as condições infra estruturais mínimas para a sua permanência e desenvolvimento no lote, disponibilizando recursos para o desenvolvimento da pequena produção camponesa.

O fato de o MCLRA constituir-se em um movimento isolado, tendo somente conquistado essa área de assentamento até o momento, em nossa reflexão, este fato dificulta a organização dos assentados, que aliado as especificidades existentes no assentamento, dificultam uma maior produção e viabilização da reprodução social das famílias na terra, e que elas possam sobreviver com o que produzem efetivamente.

Diante das reflexões que orientaram a análise do estudo focado, pensamos que as políticas públicas são fundamentais para garantir a permanência na terra, entretanto, a despeito do atraso e dificuldades no repasse dos financiamentos destinados pelo INCRA, enfrentadas pelos camponeses do PA Liberdade Camponesa, esses seguem na luta pela superação dos entraves enfrentados e se (re)criando a partir de relações não capitalistas de

produção, estimulando outros membros do movimento a resistirem na luta pela reforma agrária.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Teses (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

BORGES, M. C.; KUDLAVICZ, M. **História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer**. In: ALMEIDA, R. A. de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2008, p. 81-112.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 53-80.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e Desilusões na Memória dos Caminhantes que Lutam pela Terra**. Dourados: Ed. Dinâmica, 2006, p. 113-142.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente. v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008, v. 1, p. 173-224.

HOBBSAWM, E. A revolução social 1945-90. In: **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Pacli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 282-313.

IBGE. Cidades. Corguinho: histórico. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500310&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

INCRA. Painel dos Assentamentos, Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 20 out. 2017.

KAGEYAMA, Â.; GRAZIANO DA SILVA, J. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP/IE, 1987.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, n.23, mar, p.7-37, 1991.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 11-76.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO. **Histórico**. Disponível em: <<http://corguinho.ms.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>> Acesso em: 15 fev. 2016.

Sobre os autores

Roberto Carlos de Oliveira – Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, Brasil. Educador Popular pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 2002, com experiência em controle orçamentário de projetos, gestão de recursos financeiros, prestação de contas à governos e organismos internacionais e elaboração de projetos institucionais. Atua na implantação de projetos agroecológicos em assentamentos e aldeias indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Bolsista EXP/B na Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – Casa Civil/CNPq nº 021/2016 – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica vinculado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, desenvolvido no P. A. Nazareth, Sidrolândia – MS. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-7781-692X>.

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli - Possui graduação em Geografia (1990), mestrado em Geografia (1997) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Professora Associada Nível V da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), atuando nos Cursos de Geografia (Bacharelado e Licenciatura). Participa nos grupos de pesquisa Rede de Pesquisadores Sobre Cidades Médias (ReCiMe) e Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Território e Redes (GTTER). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-9313-5304>.

Como citar este artigo

OLIVEIRA, Roberto Carlos de; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. Resistência camponesa: a conquista da terra no assentamento Liberdade Camponesa no município de Corguinho- MS. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 162-186, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de contribuição individual

Declaramos que ambos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e formatação do estudo, preparação e redação final do manuscrito, a análise teórico-conceitual e a revisão crítica foram desenvolvidas conjuntamente. Desde o desenvolvimento teórico-conceitual do artigo, a definição do recorte analítico, a interpretação dos dados e a análise foram objeto de debate entre os autores. O primeiro autor, **Roberto Carlos de Oliveira**, fez entrevistas, coleta de

dados e organizou a estrutura do artigo. A segunda autora, **Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli**, orientou as etapas da pesquisa, encaminhou a revisão linguística e a tradução aos profissionais habilitados. Ambos fizeram a revisão e adaptação às normas e ajustes solicitados pela Revista NERA.

Recebido para publicação em 29 de fevereiro de 2020.

Devolvido para revisão em 07 de agosto de 2020.

Aceito para publicação em 01 de setembro de 2020.
